

HABEAS CORPUS Nº 548.396 - AL (2019/0355805-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEBORA TALITA DE OLIVEIRA MATIAS
ADVOGADO : DÉBORA TALITA DE OLIVEIRA MATIAS - AL0011803
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : MISSICLEIDE DA SILVA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MISSICLEIDE DA SILVA PEREIRA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS no *Habeas Corpus* n. 0805041-20.2019.8.02.0000.

Depreende-se dos autos que, em razão de procedimento investigativo instaurado a fim de apurar a conduta de suposto grupo criminoso responsável por tráfico de entorpecentes, entre outros crimes correlatos, com atuação na Cidade de Arapiraca/AL, a paciente e outros 15 agentes foram presos cautelarmente pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013.

Segundo a decisão que recebeu a denúncia, "[...] *MISSICLEIDE DA SILVA PEREIRA*, vulgo "*CLEIDE*", esposa de Ressaca, teria como principal função a *gerência financeira da ORCRIM*, supostamente seria responsável pelo recebimento dos pagamentos, decorrente das vendas de drogas, atuando ainda na distribuição dos entorpecentes. Conforme dispõe a exordial acusatória, durante o cumprimento de mandado de prisão, fora apreendido, aproximadamente 1 (um) quilo de maconha e papелotes para confecção de cigarros com a mesma (Boletim de Ocorrência 18E0226000613 PC/PE)" – e-STJ fl. 587.

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem, alegando constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentos idôneos do decreto de prisão e do excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal. O pleito liminar foi, contudo, indeferido

monocraticamente (e-STJ fls. 630/633).

No presente *writ*, a impetrante pede, inicialmente, a superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Suscita a defesa preliminar de nulidade, alegando que, "[...] *no procedimento de abordagem, prisão, busca e apreensão da Sra. Missicleide Pereira da Silva, pois conforme lista de endereços alvos de mandado de busca e apreensão fls. 90/119 dos autos da 17ª Vara de nº 0719949-08.2018.8.02.0001, não continha o endereço onde a Paciente fora supostamente localizada, sendo ilegal a entrada ou busca na residência onde a droga fora supostamente localizada*" (e-STJ fl. 7).

Acrescenta em seus argumentos defensivos que o "[...] *membro do Parquet nesse processo se utiliza de provas (eivadas de vícios) já constantes e em outro processo a ré é denunciada no mesmo incurso de tráfico de drogas. (LITISPENDÊNCIA)*" – e-STJ fl. 11.

Quanto ao excesso de prazo, assevera a impetrante que "[...] *o processo não teve sua instrução finalizada por pura NEGLIGÊNCIA/IMPRUDENCIA do Cartório da Comarca de Bom Conselho, o processo está aguardando a devolução da Carta Precatória de fls. 207, que NUNCA FOI ENVIADA PARA SER CUMPRIDA!!! [...] Conforme dito anteriormente a defesa REQUEREU a revogação da prisão da paciente no dia 23/07/2019 e o MM. Juiz em sua decisão se manifestou que não surgiu qualquer fato novo, e que ainda estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP, conforme fls. 235. MESMO ESTANDO CLARO, QUE APÓS QUASE 08 (OITO) MESES APÓS A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, O PROCESSO NÃO SE FINALIZOU POR CULPA EXCLUSIVA DOS SERVIDORES DA VARA. [...] Em certidão a técnica judiciária deixa claro que NÃO HÁ COMPROVAÇÃO DO RESPECTIVO ENVIO DA CARTA PRECATÓRIA DE FLS. 207, está datada do dia 11/09/2019. [...] DOUTRA BANDA, IMPORTANTE SALIENTAR, QUE A PACIENTE SE ENCONTRA ENCARCERADA DESDE O DIA 27 DE AGOSTO DE 2018, COMPLETANDO ASSIM, MAIS DE 365 DIAS*" (e-STJ fls. 14/15).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, destaca a defensora que a ordem de prisão cautelar foi prolatada sem fundamentação idônea conforme exigido pelo art. 312 do Código de Processo Penal. Acrescenta que a paciente tem ótimos antecedentes, é primária, possui residência fixa e colaborou com a investigação durante todo o processo. Desse modo, assevera ser suficiente a imposição de medidas cautelares diversas do cárcere.

Diante dessas considerações, a defesa requer "a) *Seja julgado procedente o presente pedido, concedendo LIMINARMENTE, em favor da Paciente, A CONCESSÃO DA ORDEM DE 'HABEAS CORPUS' LIBERATÓRIO, DETERMINANDO, DE IMEDIATO, A EXPEDIÇÃO DOS ALVARÁS DE SOLTURA e, caso ache conveniente, cumule-a com uma das medidas cautelares menos gravosas que a prisão preventiva*" (e-STJ fl. 24).

No mérito, pede a confirmação da ordem.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator